Processo TC nº 002.368/2014-5
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Examina-se, nesta fase processual, a proposta da Secex/SP no sentido de se retificar o Acórdão nº 4601/2015, proferido na Sessão Ordinária de 18/08/2015 da 1ª Câmara (peça 37), com fundamento na Súmula TCU nº 145, tendo em vista a ausência do CPF e do CNPJ dos responsáveis, bem como a incorreta identificação dos representantes legais.

2. Cumpre salientar, a propósito, que a questão envolvendo a indicação de advogados já foi discutida por esta Corte em outras ocasiões, havendo uniformidade na jurisprudência em se considerar que a ausência do nome do advogado na pauta de julgamento representa vício insanável, que enseja a nulidade absoluta da deliberação.

3. Com efeito, a título de exemplo, é oportuno transcrever o seguinte trecho do voto condutor do Acórdão nº 1878/2015-Plenário, *in verbis*:

“Conforme detalhado no relatório que acompanha este voto, o Acórdão 1.734/2014-TCU-Plenário apresenta vício insanável caracterizado pela ausência, na pauta de julgamento da deliberação recorrida, do nome do advogado constituído nos autos.

2. De relevo resgatar como a legislação aborda o tema:

‘Art. 236. No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

§ 1º É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação.’ (Código de Processo Civil)

‘Art. 40. Havendo advogado constituído nos autos, o gabinete do relator deverá consignar obrigatoriamente seu nome e o respectivo número de inscrição na OAB na lista destinada à constituição de pauta a ser publicada no Diário Oficial da União ou no Boletim do Tribunal de Contas da União.’ (Resolução-TCU 164/2003)

3. A análise da peça 80 revela que não constaram da Pauta 24/2014 da Sessão Ordinária do Plenário de 02/07/2014 informações sobre os advogados, desconsiderando-se, portanto, as procurações acostadas às peças 17 e 26.

4. Além de violar os dispositivos transcritos, a omissão dos nomes de advogados legalmente constituídos na publicação da pauta representa prejuízo ao exercício da ampla defesa e do contraditório, vez que o responsável fica tolhido em seu direito de requerer sustentação oral e de apresentar memoriais previamente à sessão.

5. Em situações similares, a jurisprudência do Tribunal é pela declaração de nulidade absoluta da decisão (Acórdãos 354/2015, 3.438/2014, 449/2014 e 407/2013, todos do Plenário).

6. Manifesto-me, portanto, de acordo com a proposta da unidade instrutiva, acompanhada pelo MP/TCU.

7. Reconhecida, de ofício, a nulidade, impõe-se que o caso seja novamente levado à apreciação do Plenário – o que faço nesta mesma oportunidade, conforme precedentes (Acórdão 2.680/2015-TCU-2ª Câmara).”

4. Nota-se, portanto, que, nos casos da espécie, a primeira providência, antes da retificação do *decisum*, é observar se os nomes dos causídicos constaram da respectiva pauta de julgamento.

Continuação do TC nº 002.368/2014-5

5. Em consulta efetivada por minha assessoria no Portal do TCU, verificou-se que a pauta da Sessão Ordinária de 18/08/2015 da 1ª Câmara, em relação ao julgamento deste feito, foi publicada nos seguintes termos:

“002.368/2014-5 – Natureza: Tomada de Contas Especial.

Responsáveis: Sr. José Avelino Pereira e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Itabira

Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/TEM)

Advogado constituído nos autos: Marx Engels Mourão Lourenço (OAB/SP 97.592)”

6. Não obstante a indicação de apenas um dos advogados constituídos nestes autos na pauta de julgamento, observa-se que ele representa legalmente os dois responsáveis, consoante procurações acostadas às peças 27 e 30, não havendo, por conseguinte, prejuízo à ampla defesa.

7. Sobre o assunto, vale destacar que o art. 145, § 3º, do Regimento Interno/TCU, que complementou o disposto no art. 40 da Resolução/TCU nº 164/2003, anteriormente citado, dispõe, *in verbis*:

“§ 3º Nos atos processuais, é suficiente a indicação do nome de um dos procuradores, quando a parte houver constituído mais de um ou o constituído substabelecer a outro com reserva de poderes.”

8. Assim sendo, fica evidente que tal incorreção pode ser considerada mero erro material, suscetível de ser retificada com a aplicação da Súmula TCU nº 145, por não conter vício insanável, decorrente da ausência do nome do advogado na respectiva pauta de julgamento.

9. Isto posto, ante a inexistência material detectada no Acórdão nº 4601/2015-1ª Câmara (peça 37), conforme apontado pela Secex/SP, este representante do Ministério Público manifesta-se favoravelmente à retificação do *decisum*, a teor do disposto na Súmula TCU nº 145, **nos termos sugeridos na instrução de peça 40**, tendo em vista que os demais advogados incluídos na proposta da diretora da unidade técnica (peça 41) não são representantes legais dos dois responsáveis solidários condenados em débito.

Ministério Público, em setembro de 2015.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral